

Em parecer sobre Centrão, Cabral pede respeito a texto da Comissão

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, preparou um parecer especial sobre as emendas apresentadas pelo Centrão. Neste texto, ele recomenda aos constituintes que preservem ao máximo o texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Sua principal discordância com o Centrão fica no título "Da Ordem Econômica". A proposta de um parecer paralelo ao oficial foi feita por Cabral e aceita pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte.

Apesar de ter concluído ontem o parecer oficial sobre as emendas ao projeto da Sistematização, o relator não o divulgou. Devido a um atraso na impressão do texto, apenas à zero hora de hoje ele estaria pronto. Das 2.023 emendas, 55% receberam parecer contrário. Apenas 496, incluindo as 28 coletivas, tiveram o aval de Cabral e de seus relatores-adjuntos.

"O critério básico para a avaliação das emendas foi o texto aprovado pela Comissão de Sistematização", disse ontem o senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos três adjuntos. Se a impressão fosse completa na noite de ontem, Cabral pretendia entregar informalmente o texto a Ulysses.

"Pontos nevrálgicos"

Junto ao texto oficial, Cabral levaria também o relatório sobre as emendas do Centrão. "É um guia para os pontos nevrálgicos do projeto, onde o relator recomenda pedidos de destaque para a manutenção do texto da Sistematização", afirmou Fogaça. Apenas a proposta que altera integralmente o preâmbulo da nova Constituição, sugerida pelo Centrão, foi aceita por Cabral.

Todas as outras, embora recebendo tecnicamente parecer favorável, desagravam, em parte ou no todo, ao relator. Sua principal queixa fica com o título "Da Ordem Econômica", aonde está a definição de empresa nacional e os critérios para



Ferraz, Fogaça, Adolfo de Oliveira, Cabral (esq. para dir.) e Konder Reis (costas)

Editoria de Arte

OS NOVOS PRAZOS DA CONSTITUINTE

21 e 22/01	publicação e distribuição do parecer do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), às emendas apresentadas ao projeto de Constituição.
23 a 25/01	apresentação de destaques para a votação de emendas em plenário.
26/01	apresentação dos requerimentos de preferências para que emendas sejam votadas prioritariamente.
27/01	início da votação em plenário do projeto de Constituição (sem prazo para terminar).

a realização de uma reforma agrária. Cabral discorda também das propostas relativas aos "Direitos Coletivos". Fogaça disse que ele recomendará a manutenção da estabilidade no emprego aprovada pela Sistematização.

No relatório oficial, Cabral faz uma série de sugestões de fusão de emendas. Fogaça citou empresa nacional, estabilidade no emprego, apo-

sentadoria e imprescritibilidade das causas trabalhistas como exemplos de temas a serem negociados a partir de fusões. Qualquer fusão de emendas depende do aval dos autores das propostas. A primeira articulação para fusão está unindo a emenda do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que recebeu apoio de mais de 200 constituintes, com a emenda individual do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Emendas inaplicáveis são perda de tempo

RITA TAVARES

Da Sucursal de Brasília

Faltam apenas dez dias para que o Congresso constituinte complete o seu primeiro aniversário e os parlamentares continuam discutindo propostas inusitadas, inaplicáveis ou mesmo ridículas. Os deputados Nilson Gibson (PMDB-PE) e Ismael Wanderley (PMDB-RN) brigam pela extinção do Território de Fernando de Noronha. Mas cada um quer que a área seja incorporada ao seu Estado. Parece brincadeira, mas não é.

Mesmo com os reiterados pedidos do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, para que os líderes partidários e grupos suprapartidários acelerem acordos para promulgar logo a nova Constituição, as 2.023 emendas apresentadas ao projeto aprovado pela Comissão de Sistematização mostram que vários constituintes retomaram temas já descartados.

Depois de discussões nas sub-comissões, comissões temáticas e na Sistematização, o deputado Maguito Vilela (PMDB-GO) descobriu uma nova fórmula para controlar o uso indevido dos carros oficiais. Ele quer que a Constituição torne obrigatório que todos os veículos sejam pintados da mesma cor. Mas só a legislação ordinária escolherá a cor.

Outro que descobriu uma solução mágica foi o deputado Hélio Costa (PMDB-MG). Para acabar com os problemas de caixa das prefeituras, ele propõe a liberação da cobrança de pedágio nas estradas. Com a mesma preocupação, o deputado Gerson Peres (PDS-PA) defende a legalização do jogo do bicho. Os cofres municipais engordariam certamente.

Ninguém conseguiu convencer o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) de que o Brasil optou pelo regime republicano. Ele insiste com a volta da monarquia. Sua emenda sugere a realização de plebiscito em 7 de

setembro de 1993 (sem explicação para esta data) para que o eleitorado opte por uma monarquia parlamentarista, república presidencialista ou república parlamentarista.

Interesse suspeito

Algumas emendas, além de impróprias para uma Constituição, são provas inegáveis de interesses particulares e eleitorais. O deputado Jesus Tajra (PFL-PI) quer a criação da Companhia do Desenvolvimento do Vale do Rio Parnaíba, que faz a divisa entre o Piauí e o Maranhão, dentro das Disposições Transitórias da nova Constituição. A sede do organismo seria em Teresina (PI) — sua base eleitoral.

A trinca de deputados — Jorge Arbage (PDS-PA), Delfim Netto (PDS-SP) e Levy Dias (PFL-MS) — quer a extinção dos atuais partidos depois da eleição de 88. Eles sustentam que a criação dos novos partidos ficaria condicionada ao resultado de um plebiscito que definiria o sistema de governo do país.

Câmara vota pensão à viúva de Freire

Da Sucursal de Brasília

Em sessão extraordinária marcada para as 10h de hoje, a Câmara dos Deputados deverá votar projeto que concede à viúva do ex-ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, Maria Carolina Vasconcelos Freire, "uma pensão vitalícia" no valor de vinte salários mínimos de referência (Cz\$ 61.200,00 atualmente). Freire morreu num acidente de avião, no dia 9 de setembro do ano passado, quando o jatinho HS da Força Aérea Brasileira (FAB) caiu no Pará.

O projeto foi enviado pelo presidente José Sarney. Para justificar a

necessidade da pensão, Sarney anexou ao projeto uma exposição de motivos escrita pelo ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto. No documento, Costa Couto argumenta que, no momento em que morreu, Marcos Freire "se encontrava em pleno exercício de suas funções". Afirma ainda que o ministro "prestou à nação serviços dos mais relevantes, tornando-se credor do reconhecimento da pátria".

Sem posses

Costa Couto faz mais um "esclarecimento": "Não sendo pessoa de

posses, Marcos Freire deixou sua família em situação que está a merecer o amparo do Estado, para assegurar as mesmas condições de existência condigna, mantidas durante a vida de seu chefe".

Junto com o projeto que cria a "pensão especial" para a viúva de Marcos Freire devem ser votados outros quatro projetos. Um deles estabelece a obrigatoriedade de realização de testes pelos bancos de sangue para detecção do vírus da Aids e outras doenças transmissíveis. A votação deve ser feita por voto de liderança — apenas os líderes partidários votam, representando suas respectivas bancadas.

Luiz Novato

Câmara discute projeto que reduz horário gratuito

Da Sucursal de Brasília

A Câmara dos Deputados deve votar hoje, em sessão extraordinária marcada para as 10h, projeto do senador Afonso Camargo (PTB-PR), que reduz de uma hora para 30 minutos o horário gratuito dos partidos políticos nas emissoras de rádio e TV. O projeto estabelece ainda que os partidos sem representação no Congresso Nacional perdem o direito à veiculação de programas políticos no horário gratuito.

Hoje, pela interpretação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), qualquer partido que possua um registro provisório, mesmo que não tenha nenhum senador ou deputado federal eleito, pode ocupar o horário nobre. Se for aprovado hoje e sancionado pelo presidente Sarney até o dia 27 de janeiro, o projeto vai tirar do ar quatro programas partidários que já tinham suas datas marcadas: PJ (28 de janeiro), PSC (5 de fevereiro), PSD (9 de março) e PJ (13 de março).

A proposta de redução do horário dos partidos deve ser apreciada através do voto de liderança, um tipo de votação em que apenas os líderes votam, em nome de suas respectivas bancadas.



CENTRÃO FAZ REUNIÃO NO HOSPITAL

Após um queixoso telefonema do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), a cúpula do Centrão (grupo suprapartidário do Congresso constituinte) promoveu uma reunião do Hospital Sara Kubitschek (foto), em Brasília, na tarde de ontem. Internado há 11 dias, para se submeter a uma cirurgia para fixação de uma fratura no fêmur da perna direita,

"Robertão" está afastado das negociações do Congresso constituinte. Cardoso Alves caiu do cavalo "Caci-que", quando vistoriava uma de suas fazendas no último dia de 1987.

Entre os presentes à reunião improvisada no hospital estavam os deputados (ao fundo, em pé) Ricardo Fiúza (PFL), Gastone Righi (PTB) e Daso Coimbra (PMDB).